

Educação e empreendedorismo da barbárie

Carolina Catini

Nunca fomos tão educados e, no entanto, nunca fomos tão privados de formação. E o que poderia parecer uma contradição absurda é, na verdade, apenas um resultado da captura da forma e da função da educação pelo progresso do capital. A reificação dos objetivos da

educação – que já se impunha nos tempos de ampliação dos direitos sociais – foi incrementada por novas tecnologias de gestão da educação, instaladas paulatinamente num contexto de crise econômica. O caráter conservador, e com elementos fascistas, das relações sociais atuais tende a ampliar o controle material e político da educação e, portanto, do trabalho educativo.

Se hoje tais relações sociais podem ser espelhadas em personificações do autoritarismo de figuras que chegaram ao poder, não é daí que elas germinaram. Antes, o cimento dessa *fasticização* se formou desde

baixo, calcado na materialidade das relações sociais objetivas, e sua argamassa foi assentada por uma miríade de organizações sociais que passaram a compor um Estado ampliado. Embora voltadas a coletivos e grupos sociais, tais organizações reforçam a crescente atomização das demandas individuais, assumindo o papel de prestadoras de serviços e mantendo distintos graus de heteronomia daqueles a quem se dirige os serviços: o educando, o público-alvo, o beneficiário, o cidadão. E também as “bases”, pois é forçoso admitir que parte das organizações populares que lutam por direitos

foi moldada por tal forma social hegemônica. E praticamente nenhum direito social hoje, nem mesmo aqueles conquistados pelas lutas populares, é gerido sem a mediação de organizações privadas.

À primeira vista, não haveria relação entre um ordenamento democrático em que entidades de direito privado se unem para garantir direitos e relações sociais com tendências fascistas. Mas é preciso observar os efeitos da negação da autonomia, associada ao controle social por interesses privados. Ao definir o fascismo em três palavras, João Bernardo^[1] distingue a organização estatal do

movimento social fascista: a *revolta na ordem* se manifesta desde baixo, quando as próprias condições de sobrevivência empurram as vidas de trabalhadores umas contra as outras. Isto ocorre em contextos históricos distintos, mas de toda forma “a ordem é o Estado”. Um Estado amplo, que oferece o quadro e as modalidades de hétero-organização de uma classe convertida em massa, fragmentada e atomizada em indivíduos particulares, ligados apenas pela concorrência exacerbada e diante da degeneração da capacidade de auto-organização e de vínculos de solidariedade entre quem

vive da alienação de sua própria força de trabalho, num cenário de precariedade e massivo desemprego.

Adorno considerava a sobrevivência de elementos fascistas no interior da democracia “como mais potencialmente ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas *contra* a democracia”^[2]. Em contexto distinto, mas com alguma similitude, Paulo Arantes interpreta o que restou da ditadura na democracia brasileira. Dentre as muitas formas que estruturam jurídica e economicamente as “afinidades eletivas entre Capitalismo e

Exceção” desde então, conclui que “a exceção brasileira de hoje não é só mero decalque da anterior, mas excede em esferas inéditas de tutela”, e uma das formas de aparecimento de “um estado de emergência permanente” está na “consagração da lógica empresarial como prática administrativa do setor público”. Acompanhando sua análise, a reforma gerencial dos anos 1990 apenas atualiza e coloca em prática a estrutura legalizada desde a ditadura^[3].

Pela mimese da produtividade empresarial, a lógica de gestão educacional com estabelecimento de metas, avaliação sistemática

do rendimento escolar, responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso ampliou o domínio dos resultados sobre o processo, reduzindo o trabalho educativo ao produto, num movimento fetichista bastante conhecido. Seus efeitos práticos são ainda mais perversos pela naturalização de uma relação educativa que, em conjunto com a transferência da responsabilidade dos direitos sociais para o setor privado, criou as bases para que a relação mercantil e produtiva deixe de ser um simulacro e a subsunção da educação ao capital se dê completamente.

Há tempos que os serviços sociais de educação e, portanto, sua gestão, não podem mais ser observados apenas pelas redes de ensino formais. É verdade que a reorganização e a eliminação de vagas escolares para a juventude – contra as quais os secundaristas se levantaram na luta das ocupações de escolas em todo o país em 2015 – têm crescido de modo alarmante e ao mesmo tempo sorrateiro, uma vez que as atenções se desviaram para o espetáculo da bizarra gestão estatal que se instaurou. A pergunta sobre para onde estão indo os jovens expulsos da escolarização só pode ser respondida pela trilha

de dois caminhos paralelos: pelo lado do terror mais explícito, a juventude pobre está sendo atingida pelo genocídio ou pelo encarceramento em massa nas “masmorras do subproletariado”^[4]. Os números de ambos os processos são equivalentes aos de uma guerra civil, mas foram introduzidos na nossa vida como uma lei natural, marca profunda da indiferença que por si só já é um índice da barbárie. Pelo outro lado, digamos, “democrático”, os jovens têm parte de suas demandas cobertas por toda essa estrutura criada pelas organizações privadas que investem na prestação dos serviços que

funcionam como direitos sociais. A comunhão nefasta dos dois processos se dá em experimentos como o das UPPs sociais, que Marielle Franco analisa como militarização do trabalho social. Aqui, as empresas privadas colocam em prática a pacificação pelo ensino do empreendedorismo, em parceria com o controle total do trabalho comunitário pela “polícia de proximidade”^[5]. O esquecimento da longevidade da política de gestão do Estado pela violência é um sintoma da necessidade de anular da elaboração teórica as contradições de um processo histórico que a incluiu como método de

apassivamento dos conflitos sociais. Se pode ser considerada uma novidade a explícita “barbárie da gestão” atual, ela não seria possível sem a “gestão da barbárie” do período anterior.

O fato é que não há nenhum instituto ou fundação empresarial na direção das reformas educativas atuais que não tenha passado mais de década educando jovens nas periferias ou que não tenha passado a controlar o trabalho de ONGs por meio de seus editais próprios. Onde não há oferta de ensino público integral, há educação integral por meio de atividades que se desenrolam no contraturno escolar.

De qualquer forma, a “desigualdade é a meta”^[6]. Nesse quadro, a gestão estatal-empresarial da educação, a um só tempo, tutela a formação da juventude trabalhadora e estabelece os critérios para a reorganização da divisão e das relações de trabalho. Com a experiência adquirida na educação não formal realizada por tais entidades privadas e com as infinitas possibilidades de “inovação” no campo do trabalho informal e precário, a gestão empresarial dos sistemas de ensino já conta com um vasto acúmulo de meios de disciplinamento estudantil para as formas contemporâneas do trabalho. Resta,

no entanto, eliminar a barreira da atual organização burocratizada da escola, com um quadro significativo de servidores ainda estáveis e com relativa autonomia, distantes de um regime de automação em que a obediência à objetividade da máquina “é o único meio de se obter resultados desejados”.^[7]

As fundações e institutos empresariais estão seguindo à risca as linhas para aproximar o trabalho docente dos modos de realização dos trabalhos de serviços precários, intermitentes e *uberizados*. A terceirização do trabalho educativo é o próximo passo da privatização da gestão de escolas e sistemas

de ensino: “reduzir ou eliminar a estabilidade no emprego, aumentar a supervisão e dar poder aos clientes (pais e alunos) para monitorar ou avaliar os professores”^[8] são algumas das principais estratégias do Banco Mundial para a educação básica. A avaliação onipresente e a seletividade negativa^[9], que é a prática de eliminar trabalhadores apenas para manter uma taxa segura de transitoriedade no posto de trabalho, garante o tormento da instabilidade e o engajamento constante para manter-se empregado. Já a capacitação dos “clientes” para monitorar os professores, colocada em prática

pelo movimento Escola sem Partido, combina a repressão política, moda atual contra os críticos e marxistas, com a opressão econômica de longa data. Porque não há maior doutrinação ideológica do que a doutrina do mercado. Em todo caso, empreendedorismo é a palavra de ordem. Afinal, como formar trabalhadores acostumados à precariedade inserindo-os cotidianamente numa forma social estável como a escola atual? Introduzir empreendedorismo no trabalho educativo é a solução para ensinar pela prática que é natural aderir à competitividade para poder

sobreviver: um ótimo método para a pacificação social via assimilação individual da ideologia.

Não é por acaso que vivemos um surto de investimento na formação de diretores e professores (gestores), nas terceirizações da gestão e em tecnologia, que aparecem sob a forma de softwares de controle do trabalho, digitalização e *gamificação* de conteúdos escolares. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prescreve em tantas minúcias as habilidades e competências que devem ser adquiridas com cada conteúdo escolar, que facilmente poderia ser veiculada por um aplicativo,

transformando o professor num apêndice das máquinas^[10]. Mas para além da formação do trabalhador com habilidades de sobreviver com pouco, a redução dos conteúdos escolares a práticas comportamentais e emocionais também evidencia a alteração da função da educação. Num dos cursos gratuitos oferecidos para diretores de uma rede estadual, a presidente de uma grande fundação empresarial deixa claro o objetivo das mudanças na gestão da educação: “Se nossas escolas e nossas empresas não recrutarem os jovens, o PCC vai recrutar”. A educação dispensa conteúdos

escolares também porque se tornou objeto da assistência social e da “segurança pública”.

A revolta dentro da ordem conservadora não se manifesta somente pelo conformismo, mas pela adesão que reflete um desejo de ordenamento radical pelo controle policialesco e pela concorrência.

A objetividade e a subjetividade individuais se encontram no terreno assombroso da eliminação do outro como necessidade e como consequência última da competição. No contexto atual, o “horizonte de superação do modo de produção brutal a que estamos submetidos desaparece graças à

própria exposição sem rodeios de sua brutalidade aniquiladora”, como diz Silvia Viana^[11].

O caráter do neoliberalismo totalitário de que falam Dardot e Laval^[12] espraia-se por meio da formação para a competição sem peias entre os sujeitos empresariais, mas também entre empresas, corporações e entre organizações da sociedade civil. Num terreno de escassez, os objetos de disputa se multiplicam. Entre os gestores da barbárie se disputam consumidores, nichos de mercado, públicos-alvo, recursos estatais, o investimento mais certo no mercado financeiro. Entre os

1 João Bernardo, *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. (3. ed. rev. e aumentada, Lisboa, Edição do autor, 2018); disponível em: <http://bit.ly/2WiyQK7>.

2 Theodor W. Adorno, “O que significa elaborar o passado”, em *Educação e emancipação* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000), p. 30.

3 Paulo Arantes, “1964”, em *O novo tempo do mundo* (São Paulo, Boitempo, 2014), p. 302, 301 e 298, respectivamente.

4 Loïc Wacquant, *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (Rio de Janeiro, Revan, 2003).

5 Marielle Franco, *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro* (Dissertação de Mestrado em Administração, Niterói, RJ, Universidade Federal Fluminense, 2014); disponível em: <http://bit.ly/2VShgIm>.

6 Eduardo Donizeti Giroto e Fernando L. Cássio, “A desigualdade é a meta:

implicações socioespaciais do Programa Ensino Integral na Cidade de São Paulo”, *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 26, n. 109, 2018; disponível em: <http://bit.ly/30ILDcN>.

7 Herbert Marcuse, *Tecnologia, guerra e fascismo* (São Paulo, Editora Unesp, 1999), p. 80.

8 Barbara Bruns e Javier Luque, *Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe* (Washington, DC, World Bank, 2015), p. 43, grifos no original. Disponível em: <http://bit.ly/2QrnYE1>.

9 Silvia Viana, *Rituais de sofrimento* (São Paulo, Boitempo, 2013).

10 Karl Marx, “Maquinaria e a indústria moderna”, em *O Capital: crítica da economia política, livro I* (São Paulo, Boitempo, 2013).

11 Silvia Viana, *Rituais de sofrimento*, cit., p. 51.

12 Pierre Dardot e Christian Laval, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (São Paulo, Boitempo, 2016).

13 Marildo Menegat, “Volver!”; disponível em: <http://bit.ly/2YMhany>.

14 Walter Benjamin, “Sobre o conceito de história”, em *Magia, técnica, arte e política. Obras Escolhidas* (São Paulo, Brasiliense, 1994), p. 224.